



CONGRESSO NACIONAL

MPV - 315

00004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 08/08/2006		Proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 315, DE 2006							
Autor Deputado <u>SÉRGIO MIRANDA</u>				Partido PDT		Nº do Prontuário			
<input checked="" type="checkbox"/>	Supressiva	<input type="checkbox"/>	Substitutiva	<input type="checkbox"/>	Modificativa	<input type="checkbox"/>	Aditiva	<input type="checkbox"/>	Substitutiva Global
Artigo: 18		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:		Número:	
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO									
Suprima-se o art. 18 da Medida Provisória nº 315, de 2006.									
JUSTIFICAÇÃO									
<p>O art. 18 revoga o inciso IV do art. 7º da Medida Provisória nº 303, 2006. A MP 303/06 dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social, estabelecendo o referido inciso que, "<u>verificada a existência de débitos do sujeito passivo para com o FGTS inscritos em Dívida Ativa da União, o parcelamento será rescindido</u>". A manutenção dessa regra certamente serviria como mecanismo indutor da regularização da situação de inadimplência dos empregadores junto ao FGTS para possibilitar sua adesão ao parcelamento e respectiva manutenção, o que garantiria o direito dos trabalhadores mediante o recebimento dos valores que lhes são devidos.</p> <p>O curioso é que, uma vez feito o parcelamento, este poderá ser rescindido, por exemplo, se verificada a inadimplência do sujeito passivo por dois meses consecutivos. Ora, quando se trata de recursos para o Fisco, o Governo lança mecanismos rigorosos para garantir-lhe o recebimento. Agora, no que respeita ao trabalhador, o mesmo rigor não se aplica para preservar seus direitos. No sentido de resguardar o recebimento do FGTS, compromisso inafastável do Partido Democrático Trabalhista, é que apresentamos esta emenda, pois, para fazer jus ao parcelamento, os empregadores terão antes que quitar seus débitos para com o Fundo, além de manter-se com ele adimplente até o termo do parcelamento. Considerando que devemos estar sempre do lado do trabalhador, lutando para que seus direitos sejam preservados, solicitamos o apoio dos nobres Pares à aprovação desta emenda.</p>									
Sala da Comissão, de agosto de 2006.									

